

1 **ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**  
2 **INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTINS DO COMITÊ DA BACIA LITORÂNEA**

3 Aos 27 dias de Outubro de 2020, às 09h00, por videoconferência; iniciou-se a  
4 24ª Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTINS, do Comitê  
5 da Bacia Litorânea, reunindo os membros **ARLINEU RIBAS**, coordenador da  
6 CTINS, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental  
7 (ABES/PR); **FERNANDA NAGAL**, pelo do Instituto Água e Terra (IAT);  
8 **FERNANDO RODERJAN**, da PARANAGUÁ SANEAMENTO; **NEIVA CRISTINA**  
9 **RIBEIRO**, da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); **ELIANE BEE**  
10 **BOLDRINI** da ADEMADAN, **PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES**, da  
11 Universidade Federal do Paraná (UFPR/LITORAL), **MAURICIO D'AGOSTINI**  
12 **SILVA** da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná  
13 (CAGEPAR); e os convidados; **ALEXANDRE EDUARDO BRUNELLI JUCÁ**,  
14 **JOÃO LECH SAMEK**, **KAROLLYNE TERNOSKI**, **THIAGO COLTRO** e **TIAGO**  
15 **BACOVIS** Instituto Água e Terra (IAT); **LUCAS DALSTOTTO**, da Companhia  
16 Paranaense de Energia (COPEL). O coordenador da CTINS, **ARLINEU RIBAS**,  
17 da ABES/PR, deu as boas-vindas a todos e abriu oficialmente a reunião (**item**  
18 **1**). O Sr. **ARLINEU RIBAS**, da ABES/PR, solicitou a aprovação da Ata anterior  
19 (**item 2**). Todos a aprovaram. Em seguida, o Sr. **ARLINEU RIBAS**, da ABES/PR,  
20 deu continuidade a pauta do dia:

21 **1. Abertura;**

22 **2. Aprovação da ata da 23ª reunião ordinária da CTINS;**

23 **3. Revisão do Regimento Interno;**

24 **4. Assuntos Gerais;**

25 O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)** deu sequência ao **item 3** da pauta, com a  
26 leitura do **CAPÍTULO I** e **CAPÍTULO II** do regimento interno e não houveram  
27 alterações. Feita a leitura do **CAPÍTULO III**, foram sugeridas adequação a  
28 nomenclatura do órgão estadual. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**  
29 **MARQUES (UFPR/LITORAL)**, questionou como se daria a aplicação do **Inciso**  
30 **II** do **art.4º** com a avaliação de conflitos em instância inicial como por exemplo  
31 conflitos advindos de empreendimentos. O Sr. **THIAGO COLTRO (IAT)**,  
32 esclareceu que a competência legal para avaliação de empreendimentos para o  
33 estado era do órgão estadual, e que conflitos pontuais poderiam ser resolvidos  
34 no âmbito do comitê. Na sequência foi discutido o mérito do **inciso V**, quanto  
35 aos represamentos e usos insignificantes. Foi questionado pelo Sr. **LUCAS**  
36 **DALSTOTTO (COPEL)**, se vários usos insignificantes em uma mesma região  
37 eram avaliados na emissão de novas outorgas. O Sr. **TIAGO BACOVIS**,  
38 esclareceu que os usos insignificantes não eram passíveis de outorga, mas que  
39 eram registrados e contabilizados no cálculo de disponibilidade hídrica. O Sr.  
40 **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, teceu comentários sobre a alínea **d**) do **inciso VI**  
41 do **art.4º** do regimento e sobre o que se entendia pelo rateio de custos  
42 destinados à realização de obras de uso múltiplo de recursos hídricos. Comentou  
43 também sobre O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES**  
44 **(UFPR/LITORAL)**, levantou que na reunião passada havia sido apresentado  
45 pelo Instituto Água e Terra um projeto relativo, do plano de engorda da faixa de  
46 praia e do plano de drenagem da região de Matinhos, e se tais projetos deveriam  
47 ser aprovados no âmbito do Comitê previamente a sua implantação, inclusive  
48 quanto a aplicação de recursos. A Sra. **FERNANDA NAGAL (IAT)**, esclareceu  
49 que a aprovação do plano de aplicação dos recursos referia-se aos recursos  
50 advindos da cobrança. Pontuou ainda que o comitê deveria relacionar projetos e  
51 empreendimentos previstos para região com programas e ações estabelecidas  
52 no plano da bacia aprovado. O Sr. **FERNANDO RODERJAN (PARANAGUÁ**  
53 **SANEAMENTO)**, comentou que a redação do item referente ao rateio estava  
54 contida na Lei Estadual de recursos hídricos nº 12.726/1999. A Sra. **FERNANDA**  
55 **NAGAL (IAT)**, comentou que assessoria jurídica do IAT, poderia auxiliar na  
56 retomada do tema em uma próxima oportunidade e que fosse dado seguimento  
57 aos itens seguintes. Na sequência foi feita a leitura do **CAPÍTULO IV – DA**

58 COMPOSIÇÃO. A Sra. **ELIANE BEE BOLDRINI (ADEMADAN)**, questionou se  
59 não deveriam fazer parte da CTINS duas entidades do setor de organizações  
60 não governamentais. Foi esclarecido que o texto contido no regimento se referia  
61 aos representantes no comitê e não na CTINS. O Sr. **ARLINEU RIBAS**  
62 **(ABES/PR)**, se havia tido retorno da entidade CEDEA, do setor de sociedade  
63 civil. Foi informado que houve manifestação de intenção de continuidade no  
64 Comitê e a confirmação de seu membro titular no comitê. O Sr. **ARLINEU RIBAS**  
65 **(ABES/PR)**, externou a intenção de aumento do número de cadeiras do setor de  
66 sociedade civil de sete para nove, com destaque para entidades técnicas  
67 profissionais, afim de aumentar o corpo técnico do comitê e expandir a  
68 capacidade de discussão dos assuntos de interesse comitê. Foi sugerida a  
69 inclusão da Associação paranaense dos engenheiros ambientais (**APEAM**), e da  
70 Associação brasileira de recursos hídricos (**ABRH**) e se a proporcionalidade  
71 prevista por lei estaria sendo respeitada. Foi esclarecido que a configuração  
72 proposta estaria de acordo com os critérios de proporcionalidade, de ao menos  
73 20% como representantes da sociedade civil organizada, máximo de 40% ao  
74 setor de poder público e máximo de 40% ao setor de usuários de recursos  
75 hídricos. O Sr. **FERNANDO RODERJAN (PARANAGUÁ SANEAMENTO)**,  
76 comentou que no momento de criação do comitê e definição das entidades  
77 participantes na categoria “*agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura*” houve  
78 a procura dos representantes da piscicultura, avaliados como os usuários  
79 majoritários de sua categoria, e que os mesmos se negaram a participar do  
80 comitê. O Sr. **FERNANDO RODERJAN (PARANAGUÁ SANEAMENTO)**,  
81 questionou quem seria o indicado da categoria referida e foi informado que nos  
82 registros quem ocupa a cadeira é a **OCEPAR**. A Sra. **NEIVA CRISTINA**  
83 **RIBEIRO (SANEPAR)**, questionou se as alterações propostas ao regimento  
84 seriam avaliadas na instância do **CERH -PR**. Foi informado que o comitê teria  
85 autonomia para aprovar seu próprio regimento. O Sr. **PAULO HENRIQUE**  
86 **CARNEIRO MARQUES (UFPR/LITORAL)**, qual seria proposta de alteração de  
87 composição e foi esclarecido que seria o aumento do número de entidades  
88 técnico-profissionais e possivelmente outras organizações civis. A Sra. **ELIANE**  
89 **BEE BOLDRINI (ADEMADAN)**, comentou da dificuldade de se instituir novas  
90 câmaras técnicas dada a baixa adesão dos membros do comitê nas discussões.  
91 O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES (UFPR/LITORAL)**, externou  
92 que para haver disponibilidade de corpo técnico para configuração de outras  
93 estruturas de auxílio ao comitê como câmaras técnicas e grupos de trabalho  
94 seria necessário o acréscimo de uma quantidade maior entidades e das quais já  
95 fosse verificada a disponibilidade do membro a dedicar tempo e trabalho aos  
96 interesses do comitê. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES**  
97 **(UFPR/LITORAL)**, sugeriu como solução do problema citado a maior  
98 participação dos suplentes das entidades já presentes no comitê. O Sr.  
99 **FERNANDO RODERJAN (PARANAGUÁ SANEAMENTO)**, sugeriu que não se  
100 buscasse o aumento do número de entidades uma vez que na concepção do  
101 comitê foi buscada uma estrutura enxuta mas suficiente, e que fosse capaz de  
102 representar efetivamente o comitê e que identificada a necessidade de nova  
103 câmara técnica o comitê designasse representantes do comitê para compô-la. O  
104 Sr. **LUCAS DALOTTO (COPEL)**, sugeriu a presença de grupos de trabalho  
105 dentro das câmaras técnicas para viabilizar a análise de questões mais  
106 complexas de forma compartimentada. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**,  
107 comentou que dado a carga de trabalho imposta pelo plano aprovado, seria  
108 inevitável o ajuste de funções se o objetivo era o atendimento as metas  
109 estipuladas também pelo plano. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**  
110 **MARQUES (UFPR/LITORAL)**, manifestou que parte das justificativas de criação  
111 de novas estruturas ou ampliação da CTINS já tinham sido abordadas em  
112 momentos anteriores. A Sra. **NEIVA CRISTINA RIBEIRO (SANEPAR)**, quis  
113 deixar registrado a que as atividades de capacitação podem servir como caminho  
114 para melhorar a participação dos membros e caminhar no sentido de

115 cumprimento do plano. Foi decidido que o assunto seria melhor avaliado na  
116 sequência para garantir celeridade aos trabalhos de atualização. Na sequência  
117 foi abordado o tema das representações do poder público, identificado que a  
118 CAGEPAR atualmente trata-se de uma entidade de regulação municipal e que o  
119 regimento atual prevê somente onze vagas ao poder público. O Sr. **MAURICIO**  
120 **D'AGOSTINI SILVA (CAGEPAR)**, sugeriu que a sua entidade ocupasse a  
121 cadeira suplente do município de Paranaguá e continuasse sua participação na  
122 CTINS pelo seu perfil técnico e disse que consultaria com os envolvidos a  
123 viabilidade da proposta. Foi sugerida também a adequação das entidades  
124 **ÁGUAS PARANÁ, ITCG E IAP**, que foram fundidas em uma só entidade  
125 denominada **INSTITUTO ÁGUA E TERRA**, e possível redução de três para duas  
126 cadeiras e que tal possibilidade seria verificada dentro do instituto. Sr. **LUCAS**  
127 **DALSOTTO (COPEL)**, comentou eu seria interessante a presença do SIMEPAR  
128 na Câmara Técnica do Comitê. A Sra. **FERNANDA NAGAL (IAT)**, esclareceu  
129 que demais adequações quanto a composição do Comitê e da Câmara Técnica  
130 poderiam ser abordadas em assembleia do comitê. Na sequência foi feita a  
131 leitura do parágrafo único do art. 5º e o Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**,  
132 questionou sobre as mudanças no tempo de mandato e quando se encerraria o  
133 mandato atual. Foi acordada a data de 04/11/2020 para uma próxima reunião  
134 com o tema de revisão regimento. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**  
135 **MARQUES (UFPR/LITORAL)**, informou sobre o termo de cooperação técnica e  
136 que havia conversado com o Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**, e que o  
137 assunto deveria entrar como pauta das próximas reuniões da CTINS. O Sr.  
138 **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, comentou que o projeto poderia ser financiado  
139 pelos recursos destinados a obras previstas na orla de Matinhos. A Sra.  
140 **FERNANDA NAGAL (IAT)**, sugeriu que a pauta referente as obras de matinhos  
141 fossem discutidas em uma reunião entre os dias 09 e 13 de novembro, para  
142 poder viabilizar a presença de convidados e também para poder contar com a  
143 presença do Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**. A Sra. **ELIANE BEE**  
144 **BOLDRINI (ADEMADAN)**, questionou qual seria o foco da análise dos projetos  
145 previstos. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, respondeu que seria sob a ótica  
146 da gestão de recursos hídricos, balneabilidade, resíduos sólidos além de  
147 questões relacionadas ao turismo. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**  
148 **MARQUES (UFPR/LITORAL)**, comentou que seria o momento de planejar  
149 medidas compensatórias de interesse do comitê, e sugeriu que se reservasse  
150 um tempo para discussão do assunto na reunião seguinte. Sem mais para o  
151 momento a reunião foi encerrada.

152

153

154 **Arlineu Ribas**

155 Coordenador da CTINS do CBH Litorânea